

**CAPÍTULO 8**  
**O APOIO À INSTAURAÇÃO DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL**  
**(25 DE NOVEMBRO DE 1975 – 23 DE JULHO DE 1976)**

**1.O apoio dos EUA à reestruturação das Forças Armadas portuguesas**

Com o 25 de Novembro de 1975 terminou o processo revolucionário e iniciou-se a fase da instauração da democracia. Durante este período de tempo que vai até à tomada de posse do I Governo Constitucional, a 23 de Julho de 1976, o processo político interno foi dominado por três dinâmicas primordiais: a reestruturação das Forças Armadas; a tentativa de resolução da crise económica nacional; a aprovação do ambiente constitucional e a eleição dos órgãos de soberania. Ao longo de toda esta fase, o Ocidente desempenhou um papel fundamental, quer através do apoio militar indispensável à reconversão das instituições castrenses, quer pelo auxílio à economia nacional, quer mesmo pela ajuda aos partidos políticos democráticos, assumindo os EUA um papel liderante em todos os casos.

Após o confronto militar de 25 de Novembro uma das tarefas priorizadas pelos “moderados” consistiu na reestruturação das Forças Armadas, não só no sentido lógico da adequação da sua estrutura hierárquica à nova correlação de forças, mas também na redefinição da sua organização interna, com destaque para as questões relacionadas com a disciplina e a relação com o poder político.

Este processo iniciou-se logo a 26 de Novembro ao nível da sua componente mais visível, como seja a recomposição das chefias militares. Nesse dia, Marques Júnior pediu a sua demissão de Conselheiro da Revolução, sendo seguido quase de imediato por Otelo Saraiva de Carvalho, Rosa Coutinho e Filgueira Soares. Em simultâneo, assistiu-se a importantes mudanças nos comandos dos Estados-Maiores e nas próprias unidades, sendo aqui os expoentes máximos a substituição de Carlos Fabião por Ramalho Eanes no cargo de CEME, a nomeação de Souto Cruz para CEMA, ocupando o lugar anteriormente desempenhado por Filgueira Soares, a posse oficial de Vasco Lourenço como comandante da RML e a destituição de Otelo do COPCON, seguida da dissolução deste comando operacional.

Todavia, a substituição das chefias militares era apenas um aspecto da profunda reestruturação levada a cabo nas Forças Armadas portuguesas que visava, em última

análise, redefinir o papel da instituição na passagem da fase do processo revolucionário para a etapa da instauração da democracia.

Esta questão começou a ser debatida logo a 3 de Dezembro, dia em que o Conselho da Revolução realizou a sua primeira reunião após o confronto militar, na sequência da proposta apresentada por Melo Antunes para se constituir uma comissão especializada destinada ao estudo deste problema prioritário sob a direcção de Ramalho Eanes.

Do trabalho desenvolvido pela comissão resultou o projecto intitulado *Bases Fundamentais para a Reorganização das Forças Armadas* que foi exposto ao CR a 11 de Dezembro. Logo no preâmbulo do documento eram definidos os seus princípios orientadores: «urgência em definir qual o papel das instituições militares “no apoio, dinamização e defesa da Revolução portuguesa, (...) necessidade de desenvolvimento da revolução portuguesa, “visando estabelecer no país uma sociedade democrática e socialista”, de acordo com as “condições objectivas que se verificam em Portugal, e não copiando modelos experimentados pela história em situações concretas diferentes”, (...) necessidade de se conferir aos órgãos de poder político “um instrumento de força capaz de garantir a autoridade revolucionária”, que reflecta “ a vontade de atingir a Democracia e o Socialismo” e possua “elevada capacidade operacional”».

O projecto estipulava em seguida as bases definidoras das Forças Armadas, bem como a sua missão, funções e dependências hierárquico-institucionais. Dos seus aspectos mais salientes, destacava-se a definição da sua missão enquanto «garantir as condições que permitam a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo», implicando isto que a instituição militar estivesse «em condições de, em qualquer momento, desenvolver as operações militares necessária». Mas especialmente importante era o estipulado na parte relativa às dependências hierárquico-institucionais onde se esclarecia que «até à entrada em funções da Constituição, as FAP obedecem ao CR, por intermédio do CEMGFA», mas depois desse data «as Forças Armadas passam a obedecer, por intermédio do chefe do EMGFA, aos órgãos de poder consagrados na Constituição».

Outros dois aspectos fundamentais contemplados nas «bases» consistiam na independência da instituição militar face aos partidos políticos e na questão da sua disciplina. Quanto ao primeiro, definia-se que «as Forças Armadas portuguesas» eram «rigorosamente apartidárias», ou seja, não era permitido que no seu seio fossem «desenvolvidas actividades politicamente sectárias» e que veiculassem «tácticas e

objectivos partidários para o seu interior». Já relativamente à disciplina, escrevia-se que esta era «o principal factor de coesão das Forças Armadas» e que tinha «de ser consciente» pois repousava «na necessidade de cumprimento das missões determinadas através da cadeia de comando», única forma delas «constituírem o baluarte capaz de garantir a independência nacional e de se oporem a acções contra-revolucionárias».

Como concluiu correctamente Maria Inácia Rezola a este respeito, «estavam definidos os novos conceitos do funcionamento das Forças Armadas: submissão aos princípios constitucionais, apartidarismo, competência técnica, disciplina, restabelecimento da cadeia de comando hierárquica».<sup>1</sup>

Mas, como referimos, o aspecto mais imediato e visível desta reestruturação das Forças Armadas consistiu na profunda alteração da composição do Conselho da Revolução, seguida de uma mudança considerável ao nível das suas atribuições, concretizada com a aprovação do II Pacto MFA-Partidos.

A 11 de Dezembro, o CR aprovou uma proposta de Vasco Lourenço defendendo que, dada «a necessidade urgente de reformular a sua composição tendo em conta a efectiva proporcionalidade dos três ramos das Forças Armadas e considerando as últimas modificações operadas devido à tentativa falhada de golpe militar de 25 de Novembro último», o Conselho da Revolução devia passar a ter a seguinte constituição: «a)Presidente da República; b)Primeiro-Ministro; C)Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas; d)Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas; e)Catorze oficiais, sendo oito do Exército, três da Armada e três da Força Aérea, designados pelos respectivos ramos».<sup>2</sup>

Na sequência desta proposta, procedeu-se à substituição dos lugares deixados vagos pelas demissões ocorridas na sequência do 25 de Novembro, bem como à eleição de dois novos membros do Exército, uma vez que se decidiu o aumento da sua representação. Em concreto, o Conselho da Revolução sofreu as seguintes alterações: entraram Ramalho Eanes, Souto Cruz, Vítor Crespo, Almeida e Costa, Vítor Alves e Pires Veloso; saíram Carlos Fabião, Filgueira Soares, Rosa Coutinho e Almada Contreiras.

O significado político desta reestruturação era evidente: os elementos alinhados até então com o PCP e a extrema-esquerda, ou seja os “gonçalvistas” e os “otelistas”, foram praticamente todos afastados e substituídos por militares que se tinham agrupado

---

<sup>1</sup>Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...*, ob. cit, pp.948-52

<sup>2</sup>Cit em *Idem*, pp.964-65

em torno do chamado “Grupo dos Nove”. Segundo a classificação feita por Carlucci para o Departamento de Estado, a nova balança político-militar representada no CR ficou assim organizada: «pró-comunistas: Martins Guerreiro; esquerda não comunista (defensora da manutenção de um importante papel político para os militares): Costa Gomes, Melo Antunes, Vítor Crespo, Vítor Alves, Franco Charais, Pezarat Coreia, Vasco Lourenço Sousa e Castro; “operacionais” (defensores da redução do papel político dos militares): Pinheiro de Azevedo, Ramalho Eanes, Souto Cruz, Morais e Silva, Pires Veloso, Pinho Freire, Canto e Castro, Almeida e Costa, Marques Júnior, Costa Neves».<sup>3</sup>

Todavia, a alteração mais importante ao nível da instituição militar portuguesa consistiu na sua transformação de umas Forças Armadas organizadas para uma guerra de guerrilha em África para umas Forças Armadas orientadas para a defesa do Atlântico, num processo que se prolongou bem para além do período em estudo neste trabalho mas que, porém, se iniciou logo após o fim da fase revolucionária.

Neste processo, os Estados Unidos assumiram um papel liderante, conjuntamente com a RFA, quer agindo diplomaticamente no sentido de favorecer o estreitar das relações entre os militares portugueses e a NATO, quer financiando a sua modernização e formação técnica. Como referiu Frank Carlucci, pretendia-se profissionalizar os militares, chamando-os a desempenhar um novo papel no âmbito de um regime democrático e civil, condição indispensável ao objectivo de os retirar da política e devolvê-los aos quartéis.<sup>4</sup>

Assim, foi decidido criar uma brigada aerotransportada portuguesa destinada a integrar as forças da NATO, tendo os norte-americanos disponibilizado 30 milhões de dólares para a aquisição do material necessário à sua constituição. Além disso, Washington empenhou-se em convencer os seus aliados a também auxiliarem Lisboa no contexto da formação desta brigada, sendo que, porém, o segundo país da Organização de Defesa do Atlântico que mais contribuiu financeiramente para este propósito foi a RFA com cerca de 15 milhões, isto é, metade da ajuda dos EUA.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup>«Lisbon, 7639, December 24, 1975». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

<sup>4</sup>*To Authorize Supplemental Military Assistance to Portugal for Fiscal Year 1977*, Hearing and Markup Before the Subcommittee on Europe and the Middle East, Committee on International Relations, House of Representatives, 95 th Congress, 1st Session, March 1, 1975, Washington DC, Government Printing Office, 1975, pp.1-6

<sup>5</sup>*Idem*, p.1; Thomas C. Bruneau, *Politics and Nationhood, Post-Revolutionary Portugal*, New York, Praeger, 1984, p.86

Uma vez mais o papel de Frank Carlucci foi decisivo neste plano, tendo chegado ao ponto de se deslocar pessoalmente a uma audiência no Congresso dos Estados Unidos para convencer os membros da Câmara dos Representantes a autorizar a assistência militar suplementar de 30 milhões de dólares a Portugal, conseguindo remover com sucesso as reticências que ainda existiam neste órgão do poder legislativo americano.

Na audiência realizada a 1 de Março de 1977, o Embaixador em Lisboa sublinhou a importância do apoio dos EUA às Forças Armadas portuguesas como forma de as afastar definitivamente da vida política, defendendo que a via para alcançar esse objectivo passava justamente pela sua crescente integração na NATO e que para isso era central a criação da brigada aerotransportada. Afirmou ele: «Como extensão natural da sua retirada da vida política, as Forças Armadas trabalharam para criar uma nova estrutura e missão, de natureza não política, orientadas para a NATO, tendo sido apoiadas por todos os partidos democráticos em Portugal. Central para o sucesso desta empresa é o estabelecimento de uma brigada aerotransportada NATO. O apoio dos aliados da NATO é indispensável para ajudar a equipar esta brigada. Para contribuir para este esforço da NATO e apoiar os objectivos dos líderes democráticos de Portugal, civis e militares, estamos a requisitar assistência militar para Portugal».<sup>6</sup>

Sintomaticamente, na já referida entrevista à Associação para o Estudo e Formação em Diplomacia, Carlucci afirmou que «se tivesse de apontar uma coisa que os Estados Unidos fizeram para virar a situação em Portugal» escolhia «a reintegração dos militares portugueses na NATO», nomeadamente a criação da brigada aerotransportada que concebeu juntamente com Alexander Haig, Ed Streater e David Bruce. E o Embaixador concretizou: «Arranjámos a ideia de criar uma brigada especial portuguesa para a NATO que equipámos. Fornecemos tanques (...) Após eu ter concebido o programa para o Exército, a Força Aérea disse que precisava de um programa. Desenhei então um programa de C-130 para eles. Finalmente, a Marinha veio ter connosco e acabei por engendrar um programa de fragatas que demorou 10 a 15 anos a materializar-se mas acabou por ser concluído».<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup>*To Authorize Supplemental Military Assistance to Portugal...*, ob.cit., p.6

<sup>7</sup>Interview with Frank C. Carlucci, The Association for Diplomatic Studies and Training, Foreign Affairs Oral History Project, Georgetown University, December 30, 1996, p.5. Alexander Haig era o Secretário-Geral da NATO, David Bruce o Embaixador dos EUA na NATO e Ed Streater o seu *Deputy Chief of Mission*

## 2.O apoio dos EUA à economia portuguesa

Outra prioridade estabelecida pelos “moderados” político-militares logo após o 25 de Novembro foi o combate à grave situação económica de Portugal. Referindo-se ao dia seguinte ao confronto militar, Mário Soares afirmou: «Não era ainda claro, para mim, que a situação estivesse totalmente invertida a favor da democracia. Tinha a convicção de que uma batalha fora ganha, mas que a guerra ainda não terminara. Era vital dar outro folêgo ao VI Governo, proporcionar condições ao Ministro das Finanças, Salgado Zenha, para resolver algumas das questões financeiras prementes, com vista a estabilizar económica e socialmente a situação do País».<sup>8</sup>

Com este objectivo, os dirigentes “democráticos” portugueses empenharam-se a fundo em garantir um massivo apoio dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, razão pela qual iniciaram uma intensa campanha diplomática junto dos aliados ocidentais, destacando-se aqui a acção junto de Washington.

De resto, a Administração Ford estava agora absolutamente determinada em contribuir para o sucesso da transição democrática em Portugal, o que era especialmente revelado pelo facto de Mário Soares e Sá Carneiro terem sido os primeiros dirigentes recebidos na capital norte-americana após o fim do processo revolucionário e logo ao mais alto nível, encontrando-se ambos com Henry Kissinger, apesar de na ocasião não fazerem sequer parte do Governo português. E, uma vez mais, Carlucci desempenhou aqui um papel fundamental ao recomendar que o Secretário de Estado os recebesse «enquanto gesto importante do apoio dos EUA durante o difícil período que está para vir», acrescentando ainda de modo relevante: «os socialistas são o partido liderante no País, mas é possível que o PPD possa ultrapassá-los nas eleições para a Assembleia Legislativa de 1976».<sup>9</sup>

Mário Soares visitou os EUA logo a 26 de Janeiro e durante o seu encontro com Henry Kissinger viu este reconhecer o seu papel na vitória da via democrática em Lisboa ao afirmar no início da conversa: - «Quero que saiba que admirei o papel que você desempenhou no ano passado. Mostrou grande coragem num momento muito difícil. Quero que saiba que nós o apoiamos e penso que esta é a altura de fazermos alguma coisa»; e, virando-se para os seus colaboradores, acrescentou: «Raramente me engano. Devo dizer-lhe que o que você fez surpreendeu-me. Tenho de admitir isto».

---

<sup>8</sup>Maria João Avillez, *Soares...*, ob. cit., p.492

<sup>9</sup>«Lisbon, 121, January 8, 1976». FOIA

Aproveitando este clima claramente favorável, o líder socialista sublinhou que o País estava a entrar num período de progressiva normalização democrática mas que esta podia ainda ser invertida se a situação económica produzisse uma explosão de agitação social, necessariamente aproveitada pelos comunistas para atacar a maioria “moderada” do VI Governo Provisório, sendo por isso fundamental o apoio económico dos EUA; e Soares sugeriu que esse auxílio fosse concedido no contexto de uma visita a Washington do ministro das Finanças, Salgado Zenha, no início de Março, ou seja, nas vésperas das eleições legislativas.<sup>10</sup>

A resposta do Secretário de Estado era reveladora da sua vontade de ajudar Portugal, procurando deste modo maximizar o papel do seu país no sucesso da transição democrática portuguesa. Para além, como vimos, de cumprimentar Soares pela sua coragem e liderança ao longo do processo revolucionário, sublinhou a «cooperação mútua durante os últimos meses», que «tinha funcionado muito bem», e adiantou que tinha já reunido com Carlucci e Arthur Hartman no sentido de trabalharem propostas concretas para uma «assistência económica adicional», concordando que esta devia ser anunciada antes das eleições.

Mário Soares e Henry Kissinger discutiram em seguida a situação política interna, com destaque para as próximas eleições legislativas e a presença do PCP no Governo. Relativamente à primeira questão, o político português revelou não ter dúvidas de que o sufrágio se ia mesmo realizar e que o seu partido ia ganhar, registando ainda uma significativa perda na força dos comunistas; simultaneamente, adiantou que os militares não podiam, nem queriam, opor-se à supremacia dos partidos nos centros do poder. Quanto ao segundo assunto, Soares defendeu uma vez mais que era importante manter o PCP no executivo de modo a associá-los às medidas de austeridade que eram necessárias e impopulares; de resto, segundo as informações que possuía, o partido de Álvaro Cunhal continuava no gabinete chefiado por Pinheiro de Azevedo contra o seu interesse e apenas porque tinha recebido ordens directas de Moscovo nesse sentido.

---

<sup>10</sup>«Soares: - Estamos agora a entrar num período de progressiva normalização democrática. A não ser que a situação económica produza uma explosão de agitação social inesperada; os comunistas vão usar isso para nos atacarem (...) Esta é uma boa ocasião para referir-me a uma visita do Ministro das Finanças. Kissinger: - Quem é ele? Soares: - É um socialista, Salgado Zenha, anterior ministro da Justiça. Kissinger: - Sim, conheço-o. Isto é, conheço o seu nome. Vamos trazê-lo cá nas duas próximas semanas ou em meados de Fevereiro. Soares: - Talvez seja melhor se ele vier em Março porque as eleições estão marcadas para Abril». Memorandum of Conversation, January 26, 1976. FOIA

Curiosamente, o responsável pela política externa dos Estados Unidos, que sempre se tinha oposto à participação de comunistas nos governos europeus, sendo mesmo essa a sua principal preocupação desde praticamente o início do processo político iniciado pelo golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974, aceitava agora que isso acontecesse em Portugal, afirmando que os métodos portugueses tinham tido sucesso e não podia «argumentar com o sucesso».

Finalmente, os dois dirigentes políticos discutiram a situação em Angola, assunto que ia dominar as preocupações norte-americanas ao longo do ano de 1976. Soares afirmou que estava muito preocupado com Angola e que os socialistas estavam a fazer tudo o que era possível para manter a política de neutralidade por parte de Portugal, mas não escondeu que havia uma enorme pressão pró-MPLA em Lisboa, atribuindo-a ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, ou seja, a Melo Antunes. Já Kissinger confessou que não estava preocupado com o MPLA *per se* mas com a presença de 12 mil cubanos e 200 milhões de dólares em equipamento soviético em Luanda, dados que constituíam uma realidade geopolítica totalmente nova.<sup>11</sup>

Passado pouco mais de um mês foi a vez de Sá Carneiro visitar os EUA com o intuito de convencer a Administração Ford da importância de uma ajuda económica imediata a Portugal; porém, não deixou de aproveitar a ocasião para transmitir o seu desagrado pelo facto de, em sua opinião, o comportamento norte-americano neste âmbito favorecer os socialistas em vésperas das eleições legislativas.

No próprio dia do encontro do líder do PPD com Henry Kissinger, Helmut Sonnenfeldt elaborou um memorando para o Secretário de Estado destinado a preparar o diálogo com o político português. No documento, o Conselheiro do Departamento de Estado sublinhou justamente o facto de Sá Carneiro se queixar que «a ajuda económica [dos EUA] estava a ser tratada de um modo que favorecia os socialistas nas eleições» e comentou a este respeito: «ele tem alguma razão pois o anúncio original foi feito quanto Soares esteve cá e o ministro das Finanças, que virá a Washington em breve, é também um socialista»; para Sonnenfeldt esta questão devia ser levada a sério pelo governo norte-americano pois Sá Carneiro era «um homem extremamente ambicioso» e podia «vir a ser Primeiro-Ministro».<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup>*Ibidem*; «Outgoing Telegram, 022522, January 29, 1976». FOIA

<sup>12</sup>Memorandum from Helmut Sonnenfeldt for The Secretary, March 3, 1976, NA, SDR, Entry 5339, Caixa 3

Na realidade, a questão económica dominou o encontro entre Sá Carneiro e Henry Kissinger, ocorrido a 3 de Março de 1976, com o primeiro a sublinhar a importância do auxílio dos Estados Unidos e da Europa Ocidental para a vitória definitiva da democracia em Portugal e a afirmar que o seu partido ia apresentar a seguir às eleições um plano de desenvolvimento de quatro anos compreendendo um apoio externo de um bilião de dólares por cada ano.

Tal como Helmut Sonnenfeldt havia alertado, o líder do PPD queixou-se que a ajuda económica estava a ser usada pelo PS «como parte de um plano eleitoral», referindo que Salgado Zenha era «o ministro das Finanças de um Governo Provisório» e não representava «um plano concertado a longo prazo», sendo «um socialista»; e a parte final deste momento do diálogo não podia ter sido mais significativa: «Sá Carneiro: - se nós ganharmos as eleições, vamos apresentar-vos planos muito em breve. Kissinger: agradecemos isso. Quer dizer, agradecemos ter os vossos planos. Tecnicamente, claro, nós somos neutros nas eleições. Sá Carneiro: Sim, percebo que vocês são neutros, tecnicamente».

A mensagem que Sá Carneiro pretendia transmitir aos americanos era clara: estes não deviam apoiar o PS, como estavam a fazer, mas o PPD pois este ia ganhar as eleições Legislativas. De resto, de acordo com as suas previsões, o Partido Popular Democrata ia obter entre 35 a 40% dos votos, ficando os socialistas com menos 10%, o CDS com cerca de 15 a 20 % e o PCP reduzido a 5 ou 7%. Todavia, Kissinger tinha outra proposta a fazer, sugerindo directamente que devia «haver uma cooperação entre os populares democratas e os socialistas».

Outro momento marcante do encontro ocorreu já na sua parte final quando Sá Carneiro referiu que a URSS estava activa em Portugal através dos cubanos, tendo-se estes últimos infiltrado no País através de Espanha. Perante a perplexidade do Secretário de Estado, o líder do PPD especificou que elementos provenientes de Cuba tinham sido responsáveis por vários incidentes durante um comício do partido em Setúbal.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup>«Kissinger: - Os soviéticos estão presentemente activos em Portugal? Sá Carneiro: - sim, através dos cubanos. Kissinger: - Há cubanos em Portugal? Sá Carneiro: - Sim e eles estiveram envolvidos em incidentes algumas semanas atrás. Kissinger: - Eles estão na Embaixada? Sá Carneiro: - Não, eles vieram por via terrestre, incluindo de Espanha, de várias formas. Kissinger: - Não sei desses incidentes. Quantos eram? Sá Carneiro: - Cerca de 500 e várias pessoas ficaram feridas. Memorandum of Conversation, March 3, 1976. FOIA

Finalmente, a 16 de Março foi a vez de Salgado Zenha visitar os Estados Unidos e encontrar-se com Henry Kissinger para discutir a ajuda económica norte-americana a Portugal.

Com este propósito, o ministro das Finanças procurou sublinhar a gravidade da situação da economia portuguesa, afirmando que esta estava a «atingir proporções de emergência» e que era de esperar «uma séria batalha económica nos próximos anos». Para ele, os aspectos mais problemáticos residiam na «escassez de comida» e no «desequilíbrio da balança de pagamentos». Para superar esta situação era necessária «uma relação económica mais próxima com os EUA», sobretudo através do «incremento comercial», mas também pela «assistência americana».

Todavia, o empenho de Zenha para sensibilizar o Secretário de Estado constituiu mais uma formalidade uma vez que este último já havia tornado pública a total disponibilidade da sua Administração para apoiar Portugal, tendo mesmo dado instruções a Hartman e a Carlucci para elaborarem um programa concreto destinado ao aumento do auxílio de Washington. De resto, e este foi o aspecto mais significativo do encontro, durante a conversa com o responsável português pela pasta das finanças, Kissinger não deixou qualquer dúvida acerca da sua atitude agora activamente favorável a Lisboa, sendo a sua mensagem a este respeito inequívoca; declarou o Secretário de Estado: «Só posso dizer-lhe que, no que diz respeito ao meu Departamento, podem contar com todo o apoio. Vocês fizeram um progresso importante e dramático. Posso dizer-lhe que a única dificuldade que os meus colegas têm comigo é que eu quero agir mais rapidamente e fazer mais. Vocês não vão ter problemas comigo».<sup>14</sup>

Na realidade esta intensa campanha diplomática das forças “democráticas” internas junto da Administração Ford com vista à obtenção de um auxílio económico significativo coincidiu com uma grande disponibilidade por parte dos dirigentes do aliado localizado do outro lado do Atlântico que pretendiam associar-se ao sucesso da transição democrática portuguesa. Neste sentido, os Estados Unidos desempenharam efectivamente um papel crucial no âmbito do apoio à resolução da grave crise da economia do País no período subsequente ao 25 de Novembro, quer através da disponibilização de ajuda ao nível bilateral, quer na mobilização de um consórcio internacional com vista à concessão do que ficou conhecido por “grande empréstimo”.

---

<sup>14</sup>Memorandum of Conversation, March 16, 1976. FOIA

Logo no início de Janeiro de 1976 foi constituída uma comissão económica conjunta entre Portugal e os EUA com o objectivo de elaborar um plano concreto de ajuda de Washington a Lisboa, ficando o Embaixador Carlucci responsável pelas negociações. E, durante o primeiro encontro ocorrido no dia 28 desse mês, os representantes da delegação norte-americana deixaram claro que existia ao nível da Administração e do Congresso total apoio à ideia de uma assistência massiva a Portugal, podendo esta atingir um valor aproximado de 300 milhões de dólares durante um período de 24 meses. Foi ainda explicitado na ocasião que este montante, atribuído a título de empréstimo de baixo juro, destinava-se a ser investido nas áreas definidas como prioritárias, como o combate ao desemprego, o apoio aos grupos sociais mais carenciados, a construção de habitação social, a ajuda alimentar, a saúde, a educação, a agricultura e programas gerais de intercâmbio técnico.<sup>15</sup>

Na sequência dos trabalhos desta comissão económica conjunta, bem como dos esforços diplomáticos empreendidos sobretudo por Mário Soares, a 16 de Março o governo dos EUA tornou pública a decisão de conceder um empréstimo de 240 milhões de dólares a Portugal. Não por acaso, o anúncio foi feito logo após o encontro entre Salgado Zenha e Henry Kissinger em Washington através de um *press release* divulgado pelo Departamento de Estado onde se afirmava que a assistência destinava-se a apoiar a recuperação económica do País na continuação do seu progresso em direcção à democracia e incluía empréstimos destinados a promover o desenvolvimento, investimentos para o sector da habitação, facilidades ao nível do comércio agrícola, assistência técnica, bem como um subsídio de 35 milhões de dólares destinados a ajudar à reintegração dos portugueses provenientes de África.<sup>16</sup>

A 3 de Junho, após diligências encetadas por Frank Carlucci, a Administração Ford decidiu aumentar o montante da assistência a Portugal para um valor de 500 milhões de dólares. No memorando entregue pelo Secretário de Estado ao Presidente com esta proposta podia ler-se: «para alcançarmos os nossos objectivos políticos em Portugal, defendemos a rápida aprovação do pedido de empréstimo de 500 milhões» pois «o Banco de Portugal projectou um défice de 1.5 biliões de dólares na balança de pagamentos». E Kissinger não escondeu mesmo que a decisão se destinava a apoiar Mário Soares e o I Governo Constitucional, cuja tomada de posse estava agendada para o mês seguinte, ao acrescentar que era «melhor para Soares e para a consolidação da

---

<sup>15</sup>«Lisbon, 639, January 29, 1976». FOIA

<sup>16</sup>Department of State Bulletin, Vol LXXIV, nº1919, April 5, 1976, p.432

democracia portuguesa» se ele pudesse «anunciar novos gestos de forte apoio do Ocidente a Portugal antes de tornar público o programa de recuperação económica do seu executivo».<sup>17</sup>

Efectivamente, foi já no período de vigência do I Governo Constitucional que os EUA concretizaram o essencial do seu papel de apoio à economia portuguesa. Desde logo porque os montantes prometidos a título bilateral desde Janeiro de 1976 só foram realmente disponibilizados no primeiro semestre do ano seguinte, mas sobretudo porque foi nessa ocasião que Washington decidiu assumir a liderança do projecto que ficou conhecido pelo “grande empréstimo”.

A ideia do “grande empréstimo” surgiu a 3 de Setembro de 1976 no contexto de um encontro entre Mário Soares e Frank Carlucci durante o qual o primeiro solicitou ao Embaixador a sua ajuda para «obter um substancial empréstimo do governo dos Estados Unidos para avançar com um programa de recuperação económica», propondo em concreto «a concessão de 300 milhões de dólares até ao final do ano» e «1 bilião de dólares em 1977». Ainda que reconhecendo dificuldades em convencer Washington devido aos elevados montantes envolvidos, o diplomata prontificou-se a apoiar a ideia do agora Primeiro-Ministro e logo após a conversa escreveu para Washington que «enquanto líder socialista comprometido a implementar um programa conservador», Soares precisava «não apenas de assistência económica como da bênção política do Ocidente», sendo «o empréstimo essa bênção»; e, sublinhando o facto de o pedido de ajuda ter sido feito pessoalmente, o que tinha «implícito que o próprio precisava de auxílio», concluiu que este era «o momento para vir em seu apoio».<sup>18</sup>

Numa segunda reunião entre os dois, ocorrida oito dias depois, Carlucci comunicou a Mário Soares que embora não tivesse ainda recebido «uma resposta formal de Washington ao seu pedido», a « reacção informal era que existia simpatia para um empréstimo de curto prazo de 300 milhões de dólares»; já o restante montante de 1 bilião de dólares devia ser «tratado como uma questão separada» e num «âmbito multilateral». Soares pediu então ao Embaixador para usar a sua influência no sentido de garantir a ajuda americana para a «criação de um consórcio, incluindo vários governos, instituições internacionais e o sector privado», o que este último fez de imediato ao escrever nesse mesmo dia para o Departamento de Estado que «as razões

---

<sup>17</sup>Memorandum from Arthur Hartman for The Secretary, June 3, 1976, GFL, PCF, Caixa 10

<sup>18</sup>«Lisbon, 6070, September 3, 1976». FOIA

políticas para esse apoio» eram «esmagadoras» pois Soares era «o homem responsável por salvar Portugal do comunismo».<sup>19</sup>

Na sequência do pedido do agora Primeiro-Ministro, do empenhamento pessoal de Carlucci e da vontade de Kissinger em associar-se à vitória da via democrática em Lisboa, o governo norte-americano aprovou em Novembro «uma espécie de mini-plano Marshall» para o Portugal.<sup>20</sup> Este previa três fases distintas na ajuda económica ao País: numa primeira etapa, a concessão de uma linha de crédito a curto prazo através do *Exchange Stabilization Fund* no valor de 300 milhões de dólares; numa segunda etapa, um empréstimo a três anos num total de 550 milhões de dólares a ser disponibilizado no quadro de um consórcio internacional formado pelos próprios EUA, pelos países europeus ocidentais e pelo Japão com vista à concessão de um montante total de 1.5 biliões de dólares (o “grande empréstimo”); numa terceira etapa, o recurso de Portugal a capitais privados e a um acordo *stand-by* com o FMI.<sup>21</sup>

A primeira fase do plano - o empréstimo bilateral norte-americano - foi concretizada sem dificuldades, tendo os 300 milhões de dólares sido atribuídos a Lisboa passados poucos meses; porém, já a efectivação da segunda fase – o “grande empréstimo” propriamente dito – deparou-se com a oposição de alguns aliados e acabou por nunca se concretizar da forma inicialmente prevista. Como contou José Medeiros Ferreira, à data ministro dos Negócios Estrangeiros e interveniente directo nas negociações que decorreram neste âmbito, surgiram «divergências entre os EUA e os europeus», com os segundos a «apresentar resistências» e «a recordar que havia mecanismos internacionais», destacando-se aqui, curiosamente, a RFA.<sup>22</sup>

Deste modo, em Junho de 1977, numa reunião realizada em Paris, os aliados ocidentais decidiram que para conseguir o “grande empréstimo” Portugal tinha de negociar um acordo *stand-by* com o FMI, o que era exactamente o contrário da ideia do plano elaborado pelo governo dos Estados Unidos que concebia a concessão do montante de 1.5 biliões de dólares como «uma solução excepcional» destinada justamente a preparar Lisboa para recorrer numa terceira fase ao Fundo Monetário Internacional.<sup>23</sup>

---

<sup>19</sup>«Lisbon, 6223, September 11, 1976». FOIA

<sup>20</sup>Entrevista a José Medeiros Ferreira, Lisboa, 3.4.2007

<sup>21</sup>Memorandum from The Secretary of State/ Secretary of Treasury for The President, November 16, 1976, GFL, PCF, Caixa 10

<sup>22</sup>Entrevista a José Medeiros Ferreira, Lisboa, 3.4.2007

<sup>23</sup>José Medeiros Ferreira, «As Relações Luso-Americanas no Século XX – A Descoberta do Plano Bilateral», *Ler História*, nº25, 1994, pp-71-87

Como comentou o ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório a respeito do acordo *standby-by* com o FMI: «era de novo o plano multilateral de organização da sociedade internacional que impunha a sua lei no contexto de uma iniciativa bilateral entre Portugal e os EUA».<sup>24</sup>

### **3.O apoio dos EUA à edificação das estruturas democráticas**

A par com a reestruturação das Forças Armadas e com a tentativa de resolução da grave crise económica, a liderança que emergiu do resultado do confronto militar de 25 de Novembro estabeleceu como prioridade a normalização político-institucional do País, nomeadamente através da aprovação da nova Constituição e da subsequente eleição dos órgãos de soberania previstos nessa lei fundamental.

Os primeiros passos nesse sentido começaram a ser dados a 11 de Dezembro de 1975, ocasião em que o Conselho da Revolução decidiu iniciar negociações com os partidos políticos com vista à revisão do I Pacto MFA-Partidos, tendo para o efeito nomeado uma comissão constituída por Ramalho Eanes, Canto e Castro, Melo Antunes, Vasco Lourenço e Martins Guerreiro. A iniciativa foi originada pela pressão exercida por PS, PPD e CDS a partir da Assembleia Constituinte, porém, para ela contribuíram em larga medida os militares “operacionais” que saíram bastante fortalecidos do 25 de Novembro e defendiam a redução do papel das Forças Armadas na vida política nacional.

De resto, comentando para o Departamento de Estado o início das negociações com vista à revisão da Plataforma de Acordo Constitucional, Frank Carlucci sublinhou justamente a existência de uma divisão do grupo que se reuniu tacticamente em torno do “Documento dos Nove”, com os “militares políticos” liderados por Melo Antunes a defenderem a continuação de um papel importante do MFA e os militares “operacionais” comandados por Ramalho Eanes a sustentarem o “regresso aos quartéis”; e, ainda segundo o Embaixador norte-americano, apesar dos primeiros constituírem a maioria, os segundos «tinham as armas».<sup>25</sup>

Na lógica da nova correlação de forças, a 26 de Fevereiro de 1976 foi assinado pelo Conselho da Revolução e por todos os partidos políticos representados na Assembleia Constituinte, à excepção da UDP, o II Pacto MFA-Partidos que, em comparação com o anterior, introduziu alterações substanciais.

---

<sup>24</sup>Ibidem

<sup>25</sup>«Lisbon, 7488, December 17, 1975». [www.archives.gov/aad/series-description.jsp](http://www.archives.gov/aad/series-description.jsp)

Desde logo, precisamente ao nível do CR que viu os seus poderes reduzidos, sobretudo no plano legislativo, continuando contudo a dispor de importantes competências como a de «Conselho do Presidente da República», de «garante do regular funcionamento das instituições democráticas, do cumprimento da Constituição e da fidelidade ao espírito da revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974» e ainda de «órgão político e legislativo em matéria militar». Em concreto, de entre os poderes atribuídos ao Conselho da Revolução nesta nova Plataforma de Acordo Constitucional destacou-se, pela sua importância, a competência de garante do cumprimento da Constituição, cabendo-lhe, neste âmbito: «pronunciar-se por iniciativa própria ou a qualquer solicitação do Presidente da República sobre a constitucionalidade de quaisquer diplomas, antes de os mesmos serem promulgados»; «velar para que sejam emitidas medidas necessárias ao cumprimento das normas constitucionais, podendo emitir recomendações para o efeito»; «pronunciar-se, com força obrigatória geral, sobre a constitucionalidade de quaisquer diplomas já promulgados, sob solicitação do Presidente da República, do Presidente da Assembleia Legislativa, do Procurador-Geral da República e do Provedor de Justiça». Ainda neste âmbito, avultavam os extensos poderes atribuídos ao CR enquanto «órgão político e legislativo em matéria militar», cabendo-lhe a «competência exclusiva para legislar sobre organização e funcionamento das Forças Armadas». Finalmente, enquanto «garante da fidelidade ao espírito da Revolução Portuguesa», o Conselho tinha a «capacidade de pronunciar-se junto do Presidente da República sobre a nomeação do Primeiro-Ministro».

Também relativamente ao Presidente da República o novo pacto introduziu alterações relevantes em relação ao anterior, sobretudo consagrando a sua eleição por sufrágio directo e universal, e já não por um colégio eleitoral. Além disso, o PR viu os seus poderes aumentados a expensas do CR e acumulou às suas funções a de Presidente do Conselho da Revolução e Comandante Supremo das Forças Armadas, o que tinha ainda como alcance o pressuposto, não escrito, de que o Presidente da República tinha de ser um militar.

Outra alteração importante introduzida pelo II Pacto MFA-Partidos residiu na exclusão da existência de uma Assembleia do MFA o que, na prática, significou a extinção desta. De resto, foi igualmente suprimido o conceito do «Movimento das Forças Armadas como motor da revolução».

Finalmente, determinou-se que o Pacto vigorava «por um período de transição» de «quatro anos», não podendo ser revisto durante esse tempo sem o acordo do

Conselho da Revolução e tendo de ser «obrigatoriamente inserido no texto da Constituição»<sup>26</sup>

No dia seguinte, Carlucci enviou para Washington um telegrama contendo a sua análise à nova Plataforma de Acordo Constitucional concluindo que esta significava «uma redução do papel das Forças Armadas», mas acrescentando que ela incluía «uma linguagem suficientemente ambígua para permitir uma larga extensão do papel do Conselho da Revolução se os militares concluíssem que as coisas estavam a evoluir mal após as eleições». Ainda de acordo com a avaliação do Embaixador, os partidos políticos “democráticos” eram na sua maioria «favoráveis» ao conteúdo do pacto, ainda que só tivessem aceite a manutenção de amplos poderes para o CR enquanto «preço para obter as eleições» que iam «dar-lhes a legitimidade necessárias para finalmente estabelecer o seu domínio político».<sup>27</sup>

O compromisso entre as várias sensibilidades político-militares reflectido nos termos do II Pacto MFA-Partidos enformou igualmente o texto Constitucional aprovado a 2 de Abril de 1976 com os votos favoráveis de todos os partidos eleitos para a Assembleia Constituinte, com a excepção do CDS.

A Constituição consagrou em definitivo a natureza democrática do Estado português, mas, simultaneamente, confirmou em lei fundamental a herança do processo revolucionário. Assim podia ler-se logo no seu artigo 2º: «A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras».

Dentro deste difícil equilíbrio, o texto constitucional definiu a primazia dos partidos no sistema político: «Os partidos políticos concorrem para a organização e para a expressão da vontade popular, no respeito pelos princípios da independência nacional e da democracia política» (art.3º); estabeleceu o primado da legitimidade eleitoral: «O sufrágio directo, secreto e periódico constitui a regra geral de designação dos titulares dos órgãos electivos da soberania, das regiões autónomas e do poder local» (art.116º); afirmou o princípio da representatividade: «Os partidos políticos participam

---

<sup>26</sup>Maria Inácia Rezola, *O Conselho da Revolução...*, ob. cit., pp.1074-77. O conteúdo integral do II Pacto MFA-Partidos pode ser visto, por exemplo, em Dinis de Almeida, *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA...*, ob. cit, pp.499-503

<sup>27</sup>«Lisbon, 1268, February 27, 1976». FOIA

nos órgãos baseados no sufrágio universal e directo, de acordo com a sua representatividade democrática» (art.117º); e consagrou o regime de direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos (art.º17º). Todavia, paralelamente, definiu como forma de organização económica a apropriação colectiva dos meios de produção e dos solos: «A organização económico e social da República Portuguesa assenta no desenvolvimento das relações de produção socialista, mediante a apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais, e o exercício do poder democrático das classes trabalhadoras» (art.80º); estipulou a irreversibilidade das nacionalizações: «todas as nacionalizações efectuadas depois 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras» (art.83º); e garantiu a reforma agrária: «A transferência da posse útil da terra e dos meios de produção directamente utilizados na sua exploração para aqueles que a trabalham será obtida através da expropriação dos latifúndios e das grandes explorações capitalistas» (art.97º).<sup>28</sup> Além disso, a Constituição de 1976 consagrou em lei fundamental o Conselho da Revolução, órgão de carácter militar não sujeito a eleição livre, o que levou mesmo alguns autores, como Juan Linz e Alfred Stepan a considerarem a transição democrática portuguesa como «incompleta» dada a existência de «domínios reservados de poder» e de uma «tutela militar».<sup>29</sup>

A 25 de Abril de 1976 realizaram-se as primeiras eleições legislativas sendo os seus resultados novamente inequívocos quanto à preferência dos portugueses pelos partidos defensores da via democrática, reforçando ainda mais o poder destes últimos. O PS foi outra vez a força política mais votada com 34,9% dos votos e mantendo uma forte representação à escala nacional; o PPD com 24,3% manteve o segundo lugar, apesar de registar uma ligeira perda em comparação com o sufrágio anterior; o CDS passou para terceiro partido ao obter 15,9%, duplicando deste modo os resultados do ano anterior; finalmente, o PCP com 14,4% averbou mais uma pesada derrota não só ao ser ultrapassado pelo partido de Freitas do Amaral, mas também ao ver praticamente desaparecer o MDP/CDE. Tudo somando, PS, PPD e CDS obtinham 75,1% dos votos, enquanto os comunistas e todos os partidos da extrema-esquerda não chegavam sequer aos 20% dos sufrágios expressos.

---

<sup>28</sup>Vítor Silva Lopes, *Constituição da República Portuguesa, 1976* (Anotada), Lisboa, Editus, 1976

<sup>29</sup>Juan Linz, Alfred Stepan, *Problems of Democratic Transition and Consolidation...*, ob. cit., pp.123-24

Quadro 8  
**Resultados das eleições legislativas**  
 (25 de Abril de 1976)<sup>30</sup>

<b>Eleitores – 6 564 667</b>			
<b>Votos – 5 483 461 – 83,5%</b>			
	<i>Percentagem</i>	<i>Nº de deputados</i>	<i>Votos</i>
<b>PS</b>	34,9%	107 deputados	1 912 291
<b>PPD</b>	24,3%	73 deputados	1 335 381
<b>CDS</b>	15,9%	42 deputados	876 007
<b>PCP</b>	14,4%	40 deputados	788 830
<b>UDP</b>	1,7%	0 deputados	91 690
<b>FSP</b>	0,77%	0 deputado	42 162
<b>MRPP</b>	0,66%	0 deputados	36 200
<b>MES</b>	0,57%	0 deputados	31 332
<b>PDC</b>	0,54%	0 deputados	29 874
<b>PPM</b>	0,52%	0 deputados	28 320
<b>LCI</b>	0,30%	0 deputados	16 269
<b>PCP(ML)</b>	0,29%	0 deputados	15 830
<b>AOC</b>	0,29%	0 deputados	15 778
<b>PRT</b>	0,09%	0 deputados	5 171

Para Carlucci era evidente que os resultados eleitorais «confirmaram o papel do Partido Socialista no centro vital do sistema político português». Deste modo, para ele, o PS com 35% dos votos era «indispensável» a qualquer Governo civil que viesse a ser formado, residindo a única questão em saber se Mário Soares ia optar por governar sozinho ou em coligação com a esquerda ou a direita, sendo que estava «à partida excluída uma coligação com o PCP» não só porque o próprio Soares «rejeitava essa hipótese, como também os militares “operacionais” se opunham «fortemente a um executivo PS-PCP»; mas, de acordo com o Embaixador, havia uma terceira razão de peso: «Soares está satisfeito com a confiança que nós [Estados Unidos] demonstramos ter nele; ele sabe muito bem qual a nossa posição sobre esta questão e nós vamos continuar a dar-lhe avisos táticos». Ainda segundo Carlucci, «a aliança mais natural era com o PPD», havendo mesmo planos entre os militares “operacionais” para

<sup>30</sup>Comissão Nacional de Eleições, cit. em António José Telo, *História Contemporânea de Portugal...*, ob. cit., p.183

«pressionar» esta solução através do afastamento de Sá Carneiro da liderança dos populares democratas; porém, o líder dos socialistas também rejeitava esta solução «por receio de perder uma parte dos seus eleitores de esquerda para o PC» e defendia que «o PS podia e devia governar sozinho». E o Embaixador concluía que esta podia ser «a melhor alternativa», particularmente «se Soares e os militares» fossem «capazes de afastar Sá Carneiro e cooptar uma porção significativa do PPD».<sup>31</sup>

Todavia, o próprio Carlucci se empenhou em contribuir para o estabelecimento de um clima de cooperação entre o Partido Socialista e o Partido Social-Democrata, procurando deste modo ajudar à edificação das estruturas democráticas. Fê-lo mesmo antes das eleições legislativas, a pedido de Mário Soares e tendo sobretudo como preocupação um entendimento entre ambos sobre o nome a apoiar para a Presidência da República.

Logo a 10 de Janeiro de 1976, Soares encontrou-se com o Embaixador dos EUA em Lisboa e, queixando-se da «intransigência do líder do PPD» e das consequências desse facto para os partidos políticos “democráticos”, pediu-lhe para «falar com Sá Carneiro» e instá-lo «a ser mais flexível»; e, sugerindo a intermediação do diplomata na questão presidencial, o dirigente socialista acrescentou que «se o PS e o PPD chegassem a um acordo, o candidato de ambos seria automaticamente eleito».<sup>32</sup>

Dez dias depois, Carlucci pediu ao Departamento de Estado autorização para transmitir a Mário Soares a seguinte mensagem: «No seguimento da sua sugestão, conversei hoje com Sá Carneiro sobre a importância de um maior entendimento entre os vossos dois partidos. Sugeri um encontro entre você e Sá Carneiro o mais depressa possível. Disse a Sá Carneiro que estava confiante que você pretendia resolver as diferenças com o PPD. Sá Carneiro ficou satisfeito com isto, disse que ele também estava ansioso por terminar com o conflito e deu indicações de que desejava um rápido encontro consigo. Ele também pensa que pode ser apropriado discutir potenciais candidatos presidenciais. Sugiro-lhe que lhe envie uma mensagem directa». Simultaneamente, o Embaixador informou Washington que os líderes do PS e do PPD

---

<sup>31</sup>«Lisbon, 2695, April 26, 1976», FOIA. A respeito dos planos dos militares “operacionais” para afastar Sá Carneiro da liderança do PPD de modo a forçar uma coligação governamental entre o PS e o PPD escreveu Carlucci para Washington: «o ministro do Trabalho, [Tomás] Rosa, disse-nos na semana passada que alguns elementos do seu grupo esperavam engendrar a substituição de Sá Carneiro, que ele e muitos outros consideram ser o principal impedimentos a uma cooperação entre o PS e o PPD»

<sup>32</sup>«Lisbon, 178, January 10, 1976», FOIA

«podiam facilmente chegar a acordo sobre a escolha de Pinheiro de Azevedo para candidato à Presidência da República».<sup>33</sup>

Percebe-se assim que as movimentações tendentes a forçar uma maior cooperação entre os socialistas e os populares democratas tinham sobretudo como alcance as eleições presidenciais e não tanto o sufrágio das legislativas. De facto, o debate em torno da escolha do candidato a Presidente da República dominou o processo político deste período pois nele se jogava muito do equilíbrio futuro entre poder civil e militar no âmbito do novo regime português.

Deste modo, apenas três dias antes da realização das eleições legislativas, o grupo dos “operacionais” retomou o seu plano de promoção de uma aliança entre os dois maiores partidos “democráticos”. Segundo as informações transmitidas por Tomás Rosa ao Embaixador dos Estados Unidos, o seu grupo militar acreditava que «uma coligação PS-PPD podia e ia emergir» e estava a trabalhar para «afastar Sá Carneiro» e colocar «Magalhães Mota na liderança do partido»; ainda segundo o então ministro do Trabalho, ele e vários militares estavam «crescentemente inclinados a apoiar Pires Veloso» para o cargo de Presidente. No final do telegrama enviado para Washington com o relato desta conversa com Tomás Rosa, Carlucci comentou que este «era próximo dos socialistas» e que o «seu governo ideal», compreendendo uma «coligação entre o PS e o PPD sem Sá Carneiro», podia reflectir a sua tendência pró-Mário Soares que recentemente tinha dito «que podia trabalhar confortavelmente com o PPD se ele fosse presidido por Magalhães Mota».<sup>34</sup>

Todavia, a 28 de Abril, ou seja imediatamente após as legislativas, Sá Carneiro antecipou-se aos seus adversários político-militares e anunciou publicamente o seu apoio à candidatura de Ramalho Eanes à Presidência da República, decisão tomada após ter sido informado que o PS ia fazer o mesmo. Uma vez mais segundo as informações do Embaixador norte-americano, apesar de Eanes ter reiterado na ocasião que «ainda não se tinha decidido» e do seu *staff* ter publicado um comunicado afirmando que «a posição do PPD foi tomada sem consultar o Chefe de Estado-Maior do Exército», a declaração de Sá Carneiro surgiu após ter-se «encontrado com Eanes nesse mesmo dia».<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup>«Lisbon, 418, January 20, 1976», FOIA

<sup>34</sup>«Lisbon, 2590, April 22, 1976», FOIA

<sup>35</sup>«Lisbon, 2590, April 29, 1976», FOIA

A jogada tática do líder popular democrata acabou por apressar outras declarações de apoio à candidatura de Ramalho Eanes, desde logo entre os restantes partidos políticos “democráticos”, mas também no seio militar. Assim, o então CEME acabou por ser a escolha das forças vencedoras do 25 de Novembro e, acto contínuo, ganhou por uma larga maioria de 61,6% as eleições presidenciais realizadas a 27 de Junho de 1976. Seguiram-se Otelo Saraiva de Carvalho com 16,5%, Pinheiro de Azevedo com 14,4% e, em último lugar, Octávio Pato com 7,6%, representando a votação deste último mais uma significativa derrota do PCP que viu o representante da extrema-esquerda obter mais do dobro dos votos do seu candidato.

#### Quadro 9

### **Resultados das eleições para a Presidência da República** (27 de Junho de 1976)<sup>36</sup>

<b>Eleitores</b> – 6 467 480		
<b>Votos</b> – 4 881 125 – 75,5%		
	<i>Percentagem</i>	<i>Votos</i>
<b>Ramalho Eanes</b>	61,6%	2 967 137
<b>Otelo Saraiva de Carvalho</b>	24,3%	792 760
<b>Pinheiro de Azevedo</b>	14,4%	692 147
<b>Octávio Pato</b>	7,6%	365 580

A institucionalização da democracia portuguesa ficou no essencial completa com a tomada de posse I Governo Constitucional, a 23 de Julho de 1976. Tratou-se de um executivo minoritário do Partido Socialista, chefiado por Mário Soares, composto quase exclusivamente por militantes do PS, mas com três militares, nomeadamente, Firmino Miguel na Defesa, Costa Brás na Administração Interna e Almeida Lima nas Obras Públicas.

Segundo a avaliação enviada por Carlucci para o Departamento de Estado nesse mesmo dia, tratava-se de um gabinete com «poucas surpresas», à excepção da inclusão

<sup>36</sup>Comissão Nacional de Eleições, cit. em António José Telo, *História Contemporânea de Portugal...*, ob. cit., p.185

dos elementos militares que se destinava «a manter abertas linhas de comunicação com as Forças Armadas cujo apoio era essencial à implementação do Programa do PS».<sup>37</sup>

Ainda a 23 de Julho, Kissinger enviou uma mensagem de felicitações a Mário Soares cujos termos eram reveladores da atitude norte-americana nesta fase do processo político português. Escreveu ele: «A sua coragem e determinação são em larga medida responsáveis pela restauração da democracia em Portugal e o feito da sua Nação ganhou a profunda admiração de todos os povos livres. Valorizo muito os estreitos laços que desenvolvemos durante os dois últimos anos e espero renovar a nossa amizade pessoal em breve. Na difícil tarefa que está a levar a cabo tem o meu firme apoio».<sup>38</sup>

E o Secretário de Estado norte-americano cumpriu a sua palavra. Como referimos anteriormente, o Governo dos EUA destacou-se no apoio ao I Governo Constitucional, quer através da concessão de ajuda económica bilateral, quer empenhando-se diplomaticamente em convencer os aliados ocidentais e as organizações financeiras internacionais a contribuírem para a resolução da grave crise económica do País.

---

<sup>37</sup>«Lisbon, 4995, July 23, 1976». FOIA

<sup>38</sup>«OutgoingTelegram, 183412, July 23, 1976». FOIA